



## **Proposições para o enfrentamento à pandemia de Covid-19 e a retomada do desenvolvimento no estado da Bahia**

O momento que atravessamos não tem precedentes na história recente. A pandemia de coronavírus, além das sérias questões sanitárias, trouxe ainda mais desafios para a economia. A crise sanitária da Covid-19 atinge o país quando já estávamos passando por estagnação econômica, em grande medida devido à implantação de medidas neoliberais de diminuição e enfraquecimento do Estado.

O ideário neoliberal vem sendo adotado nos últimos anos com efeitos devastadores sobre as políticas públicas de proteção social. O desmonte da saúde e da educação públicas, a agenda privatista, a flexibilização da legislação trabalhista e a drástica redução de investimentos públicos têm resultado num crescimento bastante tímido.

Nesse cenário, a crise da pandemia do novo coronavírus aprofunda problemas já bastante graves. A desregulação da proteção ao trabalho trazida, sobretudo, pela Reforma Trabalhista, torna ainda pior a situação dos trabalhadores já atingidos por alto desemprego e grande informalidade.

A desigualdade, antiga e persistente no país, só piora o quadro. Para enfrentar esse momento, é preciso garantir que o Estado brasileiro tenha agilidade e recursos para, por meio dos investimentos públicos, garantir o atendimento de toda a população, nos serviços de saúde, de assistência social e nos programas de proteção ao trabalhador e trabalhadora.

Especialmente nesse momento, onde grande parte dos trabalhadores teve ou terá redução de renda, é muito importante garantir a todos acesso aos serviços de utilidade pública (água, energia, gás, etc.) sem interrupção. Além disso, é importante recolocar na sociedade o debate sobre a importância das empresas públicas e do papel fundamental que exercem na redução das desigualdades e no desenvolvimento do país.

A pandemia tornou bastante clara a importância do Estado. Independente do viés ideológico, a maioria quase absoluta dos governos do mundo têm lançado mão de um conjunto de medidas para intervir na economia, a fim de reduzir os impactos negativos da crise sanitária. Muitas ações têm sido feitas no sentido de socorrer tanto os trabalhadores quanto as empresas e a sociedade em geral, com pagamento de benefícios aos cidadãos, financiamento de folhas de pagamento, garantia de emprego, postergação de pagamento de impostos, entre outros. O que deixa bastante evidente o descolamento da realidade do discurso defensor do Estado Mínimo, uma vez que em momentos como esse o setor privado se retrai.

Nesse cenário, socorrer as empresas, manter os empregos e garantir renda para todas as pessoas configura uma política sanitária bastante efetiva, uma vez que incentivam e permitem o isolamento social que, até o momento, é a forma mais eficaz de combate à pandemia.



É importante lembrar que mesmo antes da emergência sanitária trazida pela pandemia do novo coronavírus, a situação da economia nacional e da economia baiana já era bastante delicada. Baixo crescimento econômico, elevadas taxas de desemprego, aumento da informalidade, acelerado processo de desindustrialização. Em 2019, o PIB brasileiro apresentou um crescimento de 1,1%, enquanto o PIB baiano registrou alta de 1,2%.

A Bahia tem uma posição relevante no cenário nacional, sendo um estado com um dos maiores mercados e nível de atividade econômica e com um mercado de trabalho de tamanho expressivo. Quanto à renda domiciliar per capita, a desigualdade regional se torna aparente. Ademais, apresenta uma série de desafios quanto à forte heterogeneidade ocupacional, em concomitância com um elevado nível de desemprego e renda do trabalho relativamente baixa na maioria de seus postos de trabalho.

O mercado de trabalho baiano caracteriza-se pela grande heterogeneidade em sua estrutura ocupacional, tendo elevada representatividade dos trabalhadores assalariados, seja por meio do emprego com carteira ou sem carteira assinada e pelas ocupações dos trabalhadores autônomos, por conta própria. Esse mercado também é marcado pelos baixos níveis de renda e pela pouca proteção social.

A taxa de desocupação da Bahia no 4º trimestre de 2019 foi de 16,4% e a participação dos informais no total dos ocupados nesse mesmo período foi de 61,2%. No primeiro trimestre de 2020 a taxa de desocupação se elevou para 18,7% e a participação dos informais caiu para 60%. Provavelmente devido à passagem de parte dos trabalhadores informais para a desocupação.

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério da Economia (ME), divulgados até abril de 2020, também evidenciaram a gravidade da situação no estado. A Bahia apresentou saldo de -32.482 empregos celetistas em abril de 2020. Saliente-se que esse foi o maior saldo negativo dos últimos 10 anos. Em abril de 2020, o saldo da Bahia foi obtido pela diferença da movimentação de 23.170 admissões e 55.652 desligamentos. No primeiro quadrimestre de 2020, o estado registrou um saldo de -37.538 empregos.

A evolução mensal do saldo de empregos da Bahia revela que abril de 2020 se destacou com menor resultado do ano, a saber: em janeiro foram gerados 859 empregos, em fevereiro, o saldo positivo cresceu para 6.166 empregos, em março (início das medidas de isolamento social na Bahia, a partir da segunda quinzena), o saldo passou a ser negativo (-12.922) e, em abril, a perda de empregos foi aprofundada (-32.482).

Setorialmente, o resultado do saldo de empregos da Bahia, em abril de 2020, deveu-se, ao desempenho negativo de todos os setores. Os destaques ficaram com os setores de Serviços (-14.043 empregos) e Comércio (-9.582), seguidos pela Construção civil (-5.585), Indústria (-3.208) e Agropecuária (-64).

Em termos geográficos, a contribuição ao saldo estadual foi, principalmente, conferida pelo Interior do estado (municípios não metropolitanos), com um saldo de -16.718 empregos, visto que a RMS registrou um saldo de -15.764 empregos. Na RMS, todos os municípios tiveram saldos negativos de empregos, com destaque para Salvador



(-10.401), seguido por Camaçari (-2.449) e Lauro de Freitas (-1.506). No interior do estado, Porto Seguro (-2.481 empregos), Feira de Santana (-2.230), Vitória da Conquista (-1.742), Ilhéus (-957) Itabuna (-782), Mata de São João (-778) e Jequié (-558) sobressaíram-se com os saldos mais negativos em abril de 2020.

Notadamente, a adesão à quarentena traz impactos importantes na vida da população, particularmente dos trabalhadores formais ou autônomos que perdem importante fonte de renda. Para aqueles trabalhadores que possuíam vínculos formais de trabalho e que foram desligados por ocasião da pandemia, o acesso ao Seguro Desemprego torna-se um recurso imprescindível para a manutenção mínima em suas condições de subsistência.

Mesmo com a Medida Provisória nº 936, que permite redução da jornada de com redução de salário e suspensão do contrato de trabalho, com a contrapartida de complementação do salário dos trabalhadores por parte do Governo, instituída emergencialmente para evitar o crescimento do desemprego durante a pandemia da Covid-19, observa-se que o número de requerentes do Seguro Desemprego está em ampla expansão desde o início das medidas de isolamento social para combate à doença a partir da 2ª quinzena de março de 2020.

Os trabalhadores mais afetados pelas medidas de distanciamento social foram aqueles envolvidos em atividades nos setores do Comércio e dos Serviços. De todo modo, esses são setores de grande relevância na composição econômica e do mercado de trabalho do Brasil e da Bahia. No estado, na primeira quinzena de maio de 2020, os requerentes oriundos do setor de Serviços correspondiam a 43,0%, e do Comércio, a 28,1%. A terceira posição em proporção de requerentes também era ocupada por um segmento do setor de Serviços, Alojamento e alimentação (15,7%).

Na Bahia, o total de requerentes do Seguro Desemprego oscilava entre 19 mil e 30 mil ao mês antes da pandemia, mas alcançou os 34.861 em abril de 2020, resultando em um acréscimo de 76,4% sobre o mês anterior (19.768). Na primeira quinzena de maio de 2020, foram registrados 25.601 requerentes do Seguro-Desemprego.

Os impactos negativos da Covid-19 sobre a economia envolvem tanto a oferta, com o fechamento de diversos estabelecimentos e suspensão da produção, como a demanda, com a diminuição da circulação das pessoas, desemprego, redução e suspensão de jornada e queda da renda dos trabalhadores e suas famílias.

Os desocupados e trabalhadores informais são grupos sociais bastante vulneráveis no atual cenário de pandemia da Covid-19, porque em grande medida não são assalariados, portanto, não têm uma renda regular e permanente. Pelo contrário, sua renda mensal é variável, não têm acesso a benefícios previdenciários ou direitos trabalhistas e quando são assalariados (trabalhadores sem carteira assinada) auferem uma renda insuficiente, além de não ter garantia de manutenção do seu posto de trabalho, com a paralisia da atividade econômica e outras situações restritivas impostas pelas medidas de desaceleração do contágio do novo coronavírus.

As ações e políticas adotadas para atenuar os impactos das crises sanitária e econômica causada pela Covid-19 para o conjunto dos trabalhadores precisam ser



abrangentes. No 1º trimestre de 2020 havia na Bahia aproximadamente 3,4 milhões de trabalhadores informais (empregados do setor privado, exclusive trabalhador doméstico sem carteira assinada; conta própria; trabalhador doméstico sem carteira assinada; empregado do setor público sem carteira assinada e trabalhador auxiliar familiar), o que representava quase 60% dos trabalhadores ocupados no estado.

Os Microempreendedores Individuais (MEIs), os motoristas cadastrados em aplicativos de transporte e os entregadores de aplicativos de alimentos IFood, Rappi e Uber Eats constituem um grupo de trabalhadores informais em amplo crescimento na Bahia, sobretudo, em Salvador.

O MEI é um grupo que tende a crescer quando há desestruturação do mercado de trabalho, com crescimento de ocupação por conta própria, taxa de desocupação elevada e desemprego de longa duração. Uma das razões é que o registro como MEI oferece uma série de vantagens, com a aquisição do CNPJ, com simplificação tributária e direito a benefícios previdenciários. Na Bahia, segundo informações do Portal do Empreendedor, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) existiam mais de 370 mil MEIs em abril de 2020.

Segundo informações do Sindicato dos Motoristas por Aplicativos e Condutores de Cooperativas do Estado da Bahia (Simactter), existem quase 25 mil motoristas cadastrados em aplicativos de transporte em Salvador, sendo que desses, 21 mil estão em atividade. Entretanto, a identificação desse segmento é de difícil mensuração, porque é um contingente que está no limiar da desocupação e da informalidade, realizando atividade de natureza muito precárias, com jornadas de trabalho extensas e expostos a inúmeros riscos de saúde e segurança no trabalho.

É necessário também pensar medidas voltadas para os trabalhadores da agricultura familiar. Políticas de acesso à crédito, construção de uma estrutura de logística, beneficiamento, armazenamento e distribuição dos produtos. Para garantir a segurança alimentar, retomar as políticas para a agricultura familiar, inclusive com programa específico de distribuição de alimentos, garantindo que não ocorra problemas de desabastecimento e de aumento de preços.

O setor da Construção vem amargando resultados negativos desde 2014. A queda na renda e a redução considerável nos investimentos públicos têm impactado o setor. Esse setor tem um papel fundamental na economia, tanto na geração de empregos, por ser intensivo em mão-de-obra, quanto pelo fato de ser um grande dinamizador de outras cadeias econômicas. A pandemia aprofunda uma crise já bastante grave no setor, reduzindo ainda mais o emprego. Garantir a retomada de investimentos públicos em obras de infraestrutura e em programas de moradia popular como o Minha Casa Minha Vida é fundamental.

É preciso ter um cuidado especial com os setores onde a atividade econômica será fortemente reduzida ou completamente paralisada. O setor turístico, extremamente importante no estado, demandará um conjunto de ações de reconstrução. Sobretudo, por ser um grande empregador, considerando desde as pequenas pousadas até os



grandes *resorts*. Movimentando desde o setor de transporte até o setor informal, com o comércio ambulante nas cidades turísticas.

No estado da Bahia, especificamente, há também uma indústria cultural bastante significativa. Movida por tradições culturais e religiosas, festas e eventos. Há que se pensar também políticas de socorro específicas para o setor. Especialmente levando-se em conta que a economia criativa também concentra em torno de si muitos trabalhadores informais.

As políticas de enfrentamento à pandemia e retomada do desenvolvimento econômico no estado devem ter um recorte especial para os grupos mais vulneráveis dentre os trabalhadores como as mulheres (atingidas de forma mais profunda pela crise, devido à sobrecarga de trabalho e à intensificação dos cuidados com a família), as pessoas com deficiência, negros e indígenas, bem como a população mais.

### **Medidas de proteção à vida, à saúde, ao emprego e à renda dos trabalhadores**

As Centrais Sindicais entendem que enfrentar o coronavírus é a principal tarefa de toda a sociedade brasileira e de todas as instituições comprometidas com o país. Desse modo, reivindicam medidas efetivas de proteção à vida, à saúde, ao emprego e à renda dos trabalhadores e trabalhadoras.

O exemplo recente e ainda vívido dos países que minimizaram a pandemia de Covid-19 e não deram a importância devida às orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e dos especialistas em saúde pública, mostra de forma bastante contundente os efeitos do colapso nos sistemas de saúde e o elevado número de mortes.

Infelizmente, ao contrário desses países que acabaram percebendo o equívoco e mudaram a forma de enfrentar a pandemia, no Brasil temos um grande conflito entre as formas de enfrentamento à Covid-19. Enquanto há um grande esforço por parte da maioria dos governos estaduais e municípios para a superação da crise sanitária, há o descaso deliberado do governo federal com as medidas de distanciamento social e ainda a pressão e o estímulo à retomada das atividades econômicas. Além da pouca agilidade na elaboração e execução de medidas que minimizem os impactos da pandemia.

Para enfrentar esse momento, é preciso garantir que o Estado brasileiro tenha agilidade e recursos para, por meio dos serviços públicos, garantir o atendimento de toda a população, nos serviços de saúde, de assistência social e nos programas de proteção ao trabalhador e trabalhadora.

O Estado deve garantir às trabalhadoras e aos trabalhadores brasileiros a proteção necessária nesse momento:

- (1) proteção ao emprego, com estabilidade;
- (2) proteção à renda, com garantia e ampliação dos programas existentes na seguridade social e outros mais que se fizerem necessários;



(3) proteção à saúde, com segurança alimentar e medidas de combate ao contágio dos trabalhadores e trabalhadoras, formais e informais, com medidas específicas para os mais afetados: saúde, transporte, segurança pública e educação.

Os trabalhadores e as trabalhadoras estão mais expostos aos riscos econômicos e sociais que virão. Também estão mais expostos ao contágio, uma vez que são eles que utilizam transporte público - que, em nossas cidades, trafegam cotidianamente com alta concentração de pessoas -, além de executarem as atividades laborais em locais com grande concentração populacional, muitas vezes sem ventilação adequada. É preciso adotar medidas que protejam os trabalhadores/as formais e também os informais.

É necessário também ampliar a testagem da população a fim de que se possa desenhar as medidas de retomada da atividade econômica e, sobretudo, detectar o momento mais adequado para a flexibilização das medidas de distanciamento social com o máximo de segurança possível. A precipitação na retomada das atividades econômicas no estado pode colocar a perder todo esforço e sacrifício da população, do governo estadual e das prefeituras municipais que têm seguido as recomendações da OMS até o momento. Retomar o isolamento após a flexibilização será bem mais difícil.

Também é de suma importância o acompanhamento dos indicadores relativos ao número de novos casos e de óbitos e seu comportamento ao longo do tempo. Nesse ponto, o Comitê Científico de Combate ao Coronavírus, criado no âmbito do Consórcio do Nordeste, e a Secretaria Estadual da Saúde, juntamente com as secretárias municipais de saúde, desempenham um papel fundamental, tanto no acompanhamento dos indicadores epidemiológicos quanto no suporte à testagem e na detecção do melhor momento para a retomada das atividades econômicas.

Nesse ponto é importante garantir um espaço de discussão permanente com as prefeituras do estado da Bahia, a fim de que haja o máximo possível de sintonia na elaboração dos protocolos de saúde e sobre as medidas de flexibilização do distanciamento social e retomada das atividades econômicas.

É imprescindível a criação de protocolos gerais e setoriais, a fim de se evitar a disseminação do contágio da Covid-19 entre os trabalhadores, tanto dos serviços essenciais que continuam funcionando durante a pandemia e também para aqueles que vão voltar ao trabalho a partir da retomada das atividades não essenciais, com testagem, uso de EPIs e medidas que permitam o isolamento dos mesmos de suas famílias e a licença do trabalho, tão logo apresentem os sintomas da doença.

Cada setor econômico deverá ter seu protocolo de ação, além do protocolo geral. No entanto, é importante lembrar que não é apenas o trabalho que submete os trabalhadores ao risco. A grande maioria se arrisca no trajeto casa/trabalho, muitas vezes longos e em condições bastante precárias em transporte público lotado e com pouca oferta.

É crucial fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS), bem como o Complexo Industrial da Saúde, tornando-os vetores estruturantes do enfrentamento à pandemia no curto prazo. Também se torna evidente a urgência de uma agenda nacional de longo prazo



que conduza à trajetória de desenvolvimento econômico e social e garanta soberania ao país em uma área tão relevante como a dos cuidados com saúde.

Assim, e considerando o momento atual, parte da indústria brasileira pode e deve ser rapidamente adaptada, visando produzir produtos, insumos, componentes, materiais de reposição, bens consumíveis e equipamentos médico-hospitalares destinados a salvar milhares de vidas.

A reconversão industrial é um dos instrumentos a ser acionado em crises dessa proporção. Esse processo consiste na rápida transformação de plantas industriais dotadas de relativa flexibilidade produtiva e que estejam operando com baixa utilização da capacidade instalada, transformando-as em unidades produtivas adaptadas emergencialmente para a produção de bens ou equipamentos de primeira necessidade temporariamente escassos.

As Centrais sindicais estão mobilizadas para apoiar as medidas de isolamento social e de manutenção das atividades essenciais para a mitigação dos efeitos sanitários, sociais e econômicos da pandemia e construir estratégias de retomada da atividade econômica como parte de um novo projeto de desenvolvimento nacional. Atuantes para superar a crise política, a proteção da democracia, da liberdade e do Estado de Direito.

Finalmente, as Centrais sindicais têm papel preponderante na articulação e mobilização dos trabalhadores neste momento, com vistas à defesa coletiva dos direitos e como interlocutoras nas discussões com o governo e o setor empresarial. O diálogo social será a grande ferramenta para o enfrentamento de mais esta crise. Em anexo estão elencadas uma série de medidas que nos dispomos atuar para implantar.

Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB

Central Única dos Trabalhadores – CUT

Força Sindical

Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST

União Geral dos Trabalhadores - UGT



## Anexo

Propostas das Centrais sindicais para o enfrentamento à pandemia e para a retomada do desenvolvimento

Iniciativa	Participação Sindical
1. Participação das Centrais Sindicais e entidades sindicais locais nos espaços de monitoramento, avaliação e de tratativas das atuais e novas medidas de combate à crise sanitária e de planejamento das atividades econômicas essenciais.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Aportar conteúdo e propostas a partir da perspectiva dos trabalhadores e das possibilidades de atuação sindical</li><li>• Difusão</li><li>• Articulação de medidas</li><li>• Tratativas com empresariado</li></ul>
2. Interação com o Comitê Científico do Consórcio Nordeste com foco nas questões do mundo do trabalho (emprego, renda e condições de trabalho).	<ul style="list-style-type: none"><li>• Aportar conteúdo a partir do mundo do trabalho</li><li>• Propor medidas e iniciativas</li><li>• Colaborar com as ações</li></ul>
3. Disponibilização e uso de instalações sindicais pelo sistema de saúde	<ul style="list-style-type: none"><li>• Especial para uso de isolamento (colônia de férias – quartos e restaurantes)</li></ul>
4. Abono Emergencial – inscrever e ampliar	<ul style="list-style-type: none"><li>• Apoio à inscrição daqueles que não estão incluídos no CadÚnico</li><li>• Iniciativas para ampliar a inclusão (medida federal, estadual e local)</li></ul>
5. Adoção de medidas de reconversão industrial, para fabricação de equipamentos e insumos necessários para a segurança sanitária no Estado, mediante mapeamento produtivo, compras públicas, subvencionadas ou com financiamento especial realizado por agências de fomento e/ou com incentivo fiscal. Encaminhar disponibilização de recursos disponíveis no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e de microcrédito no FAT. Prioridade para iniciativas para micro, pequenas e médias empresas, com apoio para financiamento, técnico e logística, planos distribuídos no território.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Apoiar levantamento de oportunidades e possibilidades nos municípios</li><li>• Aportar medidas de segurança e saúde no trabalho</li></ul>
6. Realização de convênios com o BNDES para fornecimento de linhas de crédito, com bancos de desenvolvimento estadual e agências de fomento para os programas de reconversão industrial, empreendedores individuais,	<ul style="list-style-type: none"><li>• Ação no Codefat</li><li>• Mapeamento de oportunidades</li><li>• Mobilização de micro e pequenas empresas</li></ul>



trabalhadores autônomos e trabalhadores na informalidade.	
7. Estímulo e articulação voltada à produção de alimentos, bebidas, fármacos, embalagens, entre outras atividades essenciais, e apoio à cadeia de abastecimento mediante compras públicas, financiamento e incentivos fiscais. BNDES, Bancos Regionais, agências locais, etc.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Mapeamento de oportunidades</li><li>• Protocolos de saúde e segurança</li><li>• Realização de treinamento</li></ul>
8. Programa de compras públicas nos polos econômicos do estado que priorizem empresas de pequeno e médio porte e a agricultura familiar. Articular políticas de aquisição de produtos da Agricultura Familiar, PAA estaduais, PNAEs e compra de alimentos para presídios.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Mobilização de produtores rurais</li></ul>
9. Desenhar programa de geração de emprego e renda para lidar com as consequências da crise após o fim das políticas de isolamento.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Pautar nos Conselhos</li><li>• Codefat</li><li>• Proposições</li><li>• Apoio na oferta do serviço</li></ul>
10. Organização do atendimento dos serviços de intermediação pública de emprego para viabilizar a contratação de trabalhadores para os serviços essenciais e frentes de enfrentamento à pandemia.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Pautar nos Conselhos</li><li>• Codefat</li><li>• Proposições</li><li>• Apoio na oferta do serviço</li></ul>
11. Criação de Comitê de Combate ao Desemprego, sob coordenação do Secretário de Trabalho e/ou Desenvolvimento do governo do estado, com representação dos sindicatos patronais e de trabalhadores, para definição de estratégias de ação comuns pela preservação de empregos e atendimento aos desempregados. (medidas, planos, fontes de financiamento, etc.).	<ul style="list-style-type: none"><li>• Espaço para operar medidas acima.</li><li>• Codefat</li><li>• Proposições</li><li>• Apoio na oferta do serviço</li></ul>
12. Instituição de um Programa Estadual Emergencial de Manutenção de Renda que complemente os programas federais mediante benefícios tais como: suspensão do pagamento pelas famílias de impostos e serviços públicos; distribuição de cestas-básicas/vale-alimentação; aluguel social ou outro mecanismo de viabilização direta ou indireta de renda.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Desenhar medidas</li><li>• Apoio para articular medidas no Legislativo</li><li>• Apoio logístico de arrecadação</li><li>• Apoio logístico de distribuição</li></ul>



13. Medidas para aquisição, e/ou produção e distribuição imediata de vestimentas e equipamentos de proteção individual (EPI) a todos os trabalhadores em serviços essenciais público ou privado.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Logística de produção nas micro e pequenas empresas</li><li>• Logística de distribuição</li></ul>
14. Plano de disponibilização de testes nos serviços essenciais e protocolo de isolamento para diagnósticos positivos (ver cooperação com setor produtivo e entidades do Sistema S).	<ul style="list-style-type: none"><li>• Apoio na implantação</li><li>• Apoio na execução</li></ul>
15. Contratação emergencial dos profissionais na área da saúde.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Mobilização</li></ul>
16. Planejamento da oferta de transporte coletivo adequado à nova condição de isolamento e distanciamento social.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Participar do planejamento</li><li>• Divulgar plano</li><li>• Orientações</li><li>• Incluir nos acordos e convenções coletivas</li></ul>
17. Alojamento adequado para os trabalhadores que precisem de isolamento depois de diagnóstico, articulando o uso das estruturais sindicais.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Disponibilizar estrutura de colônias de férias das entidades sindicais</li></ul>
18. Reforço às políticas de acolhimento da população mais vulnerável.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Logística e estrutura</li><li>• Serviço</li></ul>
19. Subsídio total para programas de distribuição de refeições, identificando inclusive entidades que já estão fazendo por solidariedade e repassando recursos, criando uma verdadeira rede de "restaurantes populares".	<ul style="list-style-type: none"><li>• Logística e estrutura</li><li>• Serviço</li></ul>
20. Meios de acesso e de compartilhamento de informação seguras com o objetivo de informar as bases sindicais das ações e medidas.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Difusão</li></ul>
21. Produzir material de informação e de formação (medidas, protocolos).	<ul style="list-style-type: none"><li>• Difusão</li></ul>